

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE202002/0721
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal Comum
Estado:	Activa
Nível Orgânico:	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Orgão / Serviço:	Instituto Politécnico de Coimbra
Vínculo:	CTFP por tempo indeterminado
Regime:	Carreiras Gerais
Carreira:	Assistente Técnico
Categoria:	Assistente Técnico
Grau de Complexidade:	2
Remuneração:	683,13€
Suplemento Mensal:	0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, na área de apoio administrativo, competindo-lhe designadamente: Efetuar o tratamento técnico dos documentos (em qualquer suporte) de acordo com os procedimentos e normas técnicas em vigor, realizar as operações de empréstimo domiciliário, renovação, devolução e reserva de documentos no sistema integrado de gestão de bases de dados bibliográficos (biblioNET). Aquisição de recursos bibliográficos, pedidos de empréstimo interbibliotecas (nacionais e estrangeiros), apoio e orientação dos utilizadores nas pesquisas em bases de dados, nomeadamente na SABI, DataJuris, B-On, catálogos e noutros recursos. Atendimento ao público, expediente e demais atividades administrativas inerentes aos serviços da biblioteca, execução de outras tarefas, conforme necessidade do serviço e orientação superior, dentro das suas competências e no âmbito do conteúdo funcional.

O trabalho pode ser prestado por turnos, em horário diurno, pós-laboral e aos sábados.

Requisitos de Admissão

	Nomeação definitiva
	Nomeação transitória, por tempo determinável
	Nomeação transitória, por tempo determinado
Relação Jurídica:	CTFP por tempo indeterminado
	CTFP a termo resolutivo certo
	CTFP a termo resolutivo incerto
	Sem Relação Jurídica de Emprego Público
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
	b) 18 anos de idade completos;
	c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
	d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
	e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:	Despacho de 08/11/2019
Requisitos de Nacionalidade:	Sim
Habilitação Literária:	12º ano (ensino secundário)

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Instituto Politécnico de Coimbra	1	Avenida Marnoco e Sousa, n.º 30		3000271 COIMBRA	Coimbra	Coimbra

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Serão valorizados os candidatos com conhecimentos do Software BiblioNET; conhecimento de línguas, nomeadamente, da língua inglesa e experiência profissional no ensino superior.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Instituto Politécnico Coimbra, Rua da Misericórdia, Lagar dos cortiços, S. Martinho Bispo, 3045-093 Coimbra

Contacto: 239 791 250

Data Publicitação: 2020-02-26

Data Limite: 2020-03-11

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) n.º 3232/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 39, de 25/02

Texto Publicado em Jornal Oficial: Nos termos do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que, por meu despacho, exarado a 08/11/2019, no uso de competência delegada por Despacho n.º 7301/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 158, de 18 de agosto, se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis, contados a partir da data de publicação do Aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Técnico do mapa de pessoal do Instituto Politécnico de Coimbra. 1 - Local de trabalho – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico de Coimbra 2 - Caracterização posto de trabalho: Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, na área de apoio administrativo, competindo-lhe designadamente: Efetuar o tratamento técnico dos documentos (em qualquer suporte) de acordo com os procedimentos e normas técnicas em vigor, realizar as operações de empréstimo domiciliário, renovação, devolução e reserva de documentos no sistema integrado de gestão de bases de dados bibliográficos (biblioNET). Aquisição de recursos bibliográficos, pedidos de empréstimo interbibliotecas (nacionais e estrangeiros), apoio e orientação dos utilizadores nas pesquisas em bases de dados, nomeadamente na SABI, DataJuris, B-On, catálogos e noutros recursos. Atendimento ao público, expediente e demais atividades administrativas inerentes aos serviços da biblioteca, execução de outras tarefas, conforme necessidade do serviço e orientação superior, dentro das suas competências e no âmbito do conteúdo funcional. O trabalho pode ser prestado por turnos, em horário diurno, pós-laboral e aos sábados. Serão valorizados os candidatos com conhecimentos do Software BiblioNET; conhecimento de línguas, nomeadamente, da língua inglesa e experiência profissional no ensino superior. 3 - Requisitos de admissão – os previstos no artigo 17.º da LTFP: a) Ter

nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional; b) Ter 18 anos de idade completos; c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar; d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções; e e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória. 4 - Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 30.º da LTFP, o presente procedimento concursal é aberto aos/às trabalhadores/as detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado. Tendo em conta os princípios da eficácia, da celeridade e do aproveitamento dos atos administrativos, o presente procedimento concursal é igualmente aberto a trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, sendo, em qualquer caso, respeitadas as prioridades legais. 5 – Habilitações literárias: 12.º ano do ensino secundário ou equivalente 6 – Nos termos do disposto na alínea k) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, não podem ser admitidos os/as candidatos/as que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, acima referido, idênticos ao(s) posto(s) de trabalho a ocupar com o presente procedimento. 7 – Forma de apresentação das candidaturas: 7.1 - A formalização das candidaturas é realizada, sob pena de exclusão, mediante o formulário de candidatura ao procedimento concursal, a utilizar obrigatoriamente, em conformidade com o disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, pelos/as candidatos/as, que se encontra disponível na página online do Instituto Politécnico de Coimbra, no endereço <https://www.ipc.pt/pt/o-ipc/recursos-humanos/emprego-publico/procedimentos-concursais/pessoal-nao-docente>. 7.2 - A apresentação de candidatura e do respetivo formulário deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos: Anexo 1 - Curriculum Vitae; Anexo 2 - Cópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias; Anexo 3 - Cópia dos certificados das ações de formação frequentadas, relacionadas com a área funcional do lugar para que se candidata e do(s) certificado(s) comprovativo(s) de detenção de competências linguísticas, quando seja solicitado o conhecimento de língua(s) estrangeira(s). 7.3 – Além dos documentos referidos nos pontos supra, os/as candidatos/as titulares de um vínculo de emprego público, excetuando os/as trabalhadores/as pertencentes ao IPC, no momento da candidatura, deverão, ainda, apresentar: Anexo 4: Declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem que comprove a categoria que detém, a carreira em que se encontra integrado, a posição remuneratória, a natureza da relação jurídica de emprego público de que é titular, bem como as menções qualitativas e quantitativas obtidas nas avaliações de desempenho dos últimos 3 anos; Anexo 5: Declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, contendo a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do conteúdo funcional correspondente ao posto de trabalho que o candidato ocupa ou, sendo trabalhador em mobilidade especial, o que por último ocupou. 7.4 - Os/As candidatos/as portadores de deficiência, para efeitos de admissão ao procedimento concursal devem ainda apresentar, juntamente com os documentos previstos no ponto 7.1, 7.2 e, quando seja o caso, no ponto 7.3: Anexo 6 - Declaração, sob compromisso de honra, do respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, bem como os elementos necessários a garantir que o processo de seleção dos/as candidatos/as com deficiência se adequa, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão, nos termos da alínea f) do número 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03/02, e dos artigos 23.º e 24.º do Código do Trabalho, aplicável por força do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da LTFP. 7.5 - A não apresentação dos documentos exigidos, em conformidade com o ponto 7, determina a exclusão do procedimento, quando a falta impossibilite a sua admissão ou a avaliação. 7.6 – O formulário devidamente preenchido, confirmado e assinado, bem como os documentos referidos no ponto 7 deverão, até ao termo do prazo fixado, ser remetidos diretamente pelos interessados por correio registado com aviso de receção para a seguinte morada Rua da Misericórdia, Lagar dos cortiços - S. Martinho do Bispo, 3045-093 Coimbra. As candidaturas poderão igualmente ser entregues pessoalmente, dentro do prazo acima referido, no Instituto Politécnico de Coimbra, sito na morada aqui indicada, durante o respetivo horário de funcionamento (das 09h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00). 7.7 – As falsas declarações prestadas pelos/as candidatos/as serão punidas nos termos da lei. 8 – Métodos de seleção a aplicar: Nos termos previstos no artigo 36.º da LTFP e do n.º 1 do artigo 5.º e n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril: 8.1 – Para os/as candidatos/as identificados/as no n.º 3 do artigo 30.º da LTFP, que: 8.1.1 - Se encontrem a cumprir ou a executar as atribuições,

competências ou atividades caracterizadoras do(s) posto(s) de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento e, 8.1.2 - Não exerçam, por escrito, o direito estabelecido no n.º 3 do artigo 36.º da LTFP, serão utilizados os seguintes métodos de seleção: Método de seleção obrigatório: avaliação curricular (AC); Método de seleção facultativo ou complementar: entrevista profissional de seleção (EPS). 8.2 – Para os/as restantes candidatos/as identificados no n.º 3 do artigo 30.º da LTFP, serão utilizados os seguintes métodos de seleção: Método de seleção obrigatório: prova de conhecimentos (PC); Método de seleção facultativo ou complementar: entrevista profissional de seleção (EPS). 8.3 – Para os/as candidatos/as identificados/as no n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, serão utilizados os seguintes métodos de seleção: I. Métodos de seleção obrigatórios: prova de conhecimentos (PC) e avaliação psicológica (AP); II. Método de seleção facultativo ou complementar: entrevista profissional de seleção (EPS). 9 – A avaliação curricular (AC) visa analisar a qualificação dos/as candidatos/as ponderando os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar. 10 – A prova de conhecimentos (PC) visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e a capacidade para os aplicar às situações concretas do exercício da função. A prova incide sobre os conteúdos identificados no aviso de abertura e constam do anexo ao presente aviso, uns de natureza genérica, outros de natureza mais específica. Esta será de natureza teórica revestindo forma escrita e efetuada individualmente em suporte de papel. Terá a duração de 2 horas. É permitida a consulta de legislação e da bibliografia expressamente indicada no aviso. A prova será classificada de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. 11 – A avaliação psicológica (AP) visa avaliar aptidões, características de personalidade e/ou competências comportamentais dos/as candidatos/as, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases. 12 – A entrevista profissional de seleção (EPS) visa avaliar a experiência profissional e aspetos comportamentais, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 13 – Os/As candidatos/as admitidos/as serão convocados/as para realização dos métodos de avaliação, nos termos previstos no artigo 24.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, com indicação do local, data e horário em que os mesmos devam ter lugar. 14 – A classificação final (CF) será obtida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, mediante a aplicação das seguintes fórmulas, respetivamente: $CF = (AC \times 70\%) + (EPS \times 30\%)$; $CF = (PC \times 70\%) + (EPS \times 30\%)$; $CF = (PC \times 40\%) + (AP \times 30\%) + (EPS \times 30\%)$. 15 – Serão excluídos/as do procedimento os/as candidatos/as que tenham obtido uma valoração inferior 9,5 valores num dos métodos ou fases não lhe sendo aplicado o método ou fase seguinte, bem como os/as candidatos/as que aos mesmos não tenham comparecido ou deles tenham desistido. 16 – Será elaborada uma lista unitária final de ordenação dos/as candidatos/as, ainda que, no procedimento, lhe tenham sido aplicados diferentes métodos de seleção. 17 – Em caso de igualdade de valoração entre os/as candidatos/as serão adotados os critérios de ordenação preferencial previstos no artigo 27.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e no artigo 66.º da LTFP. Caso subsista o empate, será tida em consideração a classificação obtida no primeiro método de seleção obrigatório. 18 - Atendendo às necessidades funcionais do Serviço e à importância que assume o celeridade suprimento das mesmas para o seu regular funcionamento, considera-se que o recrutamento tem caráter urgente pelo que, a utilização dos métodos de seleção será efetuada de forma faseada em conjuntos sucessivos de 10 candidatos/as nos termos do artigo 7.º da Portaria n.º 125-A/2016, de 30 de abril. 19 – As atas das reuniões do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, serão publicitadas na página online do Instituto Politécnico de Coimbra, no seguinte endereço <https://www.ipc.pt/pt/o-ipc/recursos-humanos/emprego-publico/procedimentos-concursais/pessoal-nao-docente>. 20 – Além das comunicações aos/as candidatos/as, previstas na legislação em vigor, a lista dos/as candidatos/as com os resultados obtidos em cada método de seleção intercalar e a lista unitária de ordenação final dos/as candidatos/as serão publicitadas na página online do Instituto Politécnico de Coimbra, no seguinte endereço: <https://www.ipc.pt/pt/o-ipc/recursos-humanos/emprego-publico/procedimentos-concursais/pessoal-nao-docente>. 21 - A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, é publicitada na página online do Instituto Politécnico de Coimbra, no seguinte endereço: <https://www.ipc.pt/pt/o-ipc/recursos-humanos/emprego-publico/procedimentos-concursais/pessoal-nao-docente> e publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação. 22 – O posicionamento remuneratório obedecerá ao disposto no artigo 38.º da LTFP e no artigo 21.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, sendo a posição remuneratória de

referência a 1.ª posição remuneratória da carreira de Assistente Técnico, nível 5 da Tabela Remuneratória Única. 23 - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

24 - Legislação Aplicável: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro; Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2019; Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior (RJIES); Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro; Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal; Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, que aprovou a tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas; e Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, que estabelece os níveis da tabela remuneratória única correspondentes às posições remuneratórias das categorias das carreiras gerais. A legislação indicada deverá ser considerada na sua redação atual.

25 - Júri: Presidente: Pedro Miguel Lopes Nunes da Costa, Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra; Vogais Efetivos: Isabel Margarida Félix Lemos, Secretário do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra e Isabel Eugénia da Costa Falcão de Almeida e Vasconcelos, Técnica Superior do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra Vogais Suplentes: António Armando Sandinha Serra, Vice-Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra e Maria Georgina Tamborino Morais, Vice-Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. O/A Presidente do júri será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo/a vogal efetivo/a indicado/a em primeiro lugar. Anexo: Legislação para consulta prova de conhecimentos: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas ? Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Código do Procedimento Administrativo ? Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro; Estatutos do Instituto Politécnico de Coimbra – Despacho Normativo n.º 6/2019, de 14 de março; Estatutos do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra – Despacho n.º 16101/2009, de 14/07 Bibliografia para consulta na prova de conhecimentos: University of Canterbury Library. (n.d.) APA 6th quick guide. Disponível em: https://www.canterbury.ac.nz/media/documents/educational/APA_6th_guide.pdf

Bibliografia: - American Psychological Association. (2010). Publication manual of the American Psychological Association. Washington: APA. - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Grupo de Trabalho das bibliotecas de Ensino Superior. (2015). Recomendações para as bibliotecas de ensino superior de Portugal: 2016. Lisboa: BAD. Disponível em: https://www.bad.pt/noticia/wp-content/uploads/2015/12/Recomendacoes_GT-BES_2016_final.pdf - Gusmão, A. N., Campos, F. M. G. & Sottomayor, J. C. G. (coord.) (1997). Regras Portuguesas de Catalogação. Lisboa: BNP. - IFLA (2012). Descrição bibliográfica internacional normalizada: ISBD. Lisboa: BNP. - Rodríguez-Bravo, B., Simões, M. G., Freitas, M. C. V. & Frías, J. A. (2017). Descubrimiento de información científica: Todavía misión y visión de la biblioteca académica? El Profesional de la información, 26(3). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317542306_Descubrimiento_de_informacion_cientifica_todavia_mision_y_vision_de_la_biblioteca_academica - Sanches, T., Costa, T., Príncipe, P., Vieira, A., Lopes, S., Aurindo, M. J., & Martins, T. (2018) Recomendações para as bibliotecas do ensino superior: Que impacto, que transformação? Comunicação apresentada ao 13.º Congresso Nacional BAD, 24 a 26 de Outubro. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1772/pdf> - Sanches, T. (2016) Modelos de literacia da informação e desenho de um programa para bibliotecas do ensino superior: Uma proposta. In Lopes, C., Sanches, T., Andrade, I., Antunes, M. L., & Alonso-Arévalo, J. (eds) Literacia da informação em contexto universitário (pp. 3-26). Lisboa: Edições ISPA [ebook]. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/5067> Observação: - É permitida a consulta da legislação não anotada; ? Não é permitida a utilização de equipamentos tecnológicos; ? Não é permitida a consulta de bibliografia ou outras fontes de informação para além daquela que se encontra expressamente indicada. 05/02/2020 - O Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, José de Jesus Gaspar

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminação da Oferta

Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		

Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		